

PUBLICAÇÃO EDIPUCRS

- WAMOSY, Alceu. **Poesia Completa**. Em co-edição IEL/Alves Editores. 1994, 154p.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 PORTO ALEGRE - RS
BRASIL
FONE/FAX: (051) 339-1511 Ramal: 3323

O "sujeito" é o "outro"?

Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise

MARLENE TEIXEIRA¹
PUCRS

1 - INTRODUÇÃO

Michel Pêcheux, no final dos anos 60, construiu um núcleo de discussões interessado em trazer para o centro da pesquisa lingüística aquilo que está excluído do objeto saussuriano: a exterioridade¹. Daí resultou uma rede de posições que, no seu conjunto, definiram a Escola Francesa de Análise do Discurso (AD).² Trata-se de uma linha de pesquisa que acolhe em seu campo de investigação a relação do dizer com o sujeito e as condições desse dizer. Por esse motivo, depara-se freqüentemente com a necessidade de expandir sua área de interesse para além do terreno específico da lingüística, buscando em outras disciplinas aquilo de que os estudos em linguagem se ressentem: uma teoria do sujeito e da situação.

¹ Doutoranda em Letras - PUCRS.

² A delimitação que Saussure (1977) faz do objeto da ciência lingüística elimina de sua área de interesse tudo o que é estranho ao sistema da língua, definida pelo autor como *algo adquirido e convencional, social em sua essência e independente do indivíduo*. No entanto, mesmo tomadas todas as precauções para instituir um campo autônomo de investigação lingüística, *desembaraçado do contingente e do singular*, esse "exterior" inevitavelmente retorna sobre o objeto, demandando explicação.

³ Há uma outra direção seguida pelas pesquisas relacionadas à questão do discurso cuja origem é a obra de Harris (*Discourse Analysis*, 1952). Representa uma extensão dos procedimentos da lingüística imanente aos enunciados, e está mais preocupada com os modos de organização dos elementos que constituem o texto do que com as formas de instituição do sentido.

A AD nasceu sob a crença de uma possibilidade de intervenção política' que, por fundamentar-se numa arma científica (a linguagem), permitisse um modo de leitura cuja objetividade fosse insuspeitável (Gadet. In: Gadet e Hak, 1993, p. 8). Por essa razão, nos momentos iniciais, os estudos focalizam sobretudo os discursos políticos *stricto sensu*, vistos predominantemente sob a perspectiva da articulação que Pêcheux empreende entre a linguagem e as teses althusserianas relativas ao sujeito e à ideologia.

Afinados com essa aspiração inicial, Pêcheux e Fuchs (1975a. In Gadet e Hak, op. cit., p. 163), ao apresentarem as regiões do conhecimento em que a AD se institui, colocam, em primeiro lugar, o **materialismo histórico**, seguido da **lingüística** e da **teoria do discurso**, as três regiões, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Desde a primeira produção de Pêcheux na área (*L'Analyse Automatique du Discours*, 1969), a AD tem um trajeto em que é possível observar uma contínua evolução teórica, que decorre da posição que ela busca no *entremeio*, sempre na via contrária à compartimentação do saber em disciplinas estanques, que quase não se comunicam entre si. O autor sintetiza esse processo em três épocas (In: Gadet e Hak, 1993, p. 311-318).

A primeira época (AD-1) tem seu ponto de partida em um corpus fechado de seqüências discursivas, selecionadas num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas.

O conceito de *formação discursiva* (FD), tomado de empréstimo a Foucault, é responsável pelo deslocamento teórico que abre o segundo período (AD-2). Cai por terra a noção de homogeneidade das condições de produção, pois uma FD, longe de ser um espaço estrutural fechado, é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar.

Quanto à terceira época (AD-3), ela aparece, no texto de Pêcheux, como um projeto a ser levado a efeito, que decorre da disposição constante de *interrogar-negar-desconstruir* as noções postas em jogo na AD em busca de novas formulações que iluminem seus pontos obscuros. As indicações que o autor aí faz apontam para alguns desenvolvimentos teóricos voltados para a abordagem da *heterogeneidade enunciativa*, que conduzem a tematizar, nessa linha, as formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*:

discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (cf. as diferentes formas da *heterogeneidade mostrada*); mas também e sobretudo essas indicações insistem num "além" interdiscursivo cujo controle escapa ao sujeito (ibid., p. 316).

Percebe-se aí a presença, ainda que não explicitada, de concepções de J. Authier-Revuz (1982), que traz para os estudos da linguagem a influência da psicanálise freudo-laciana, sob uma perspectiva diferente em relação ao que vem sendo feito nas abordagens discursivas em AD.

Pêcheux encerra seu artigo sobre as três épocas com uma série de interrogações que, entre outras coisas, atestam, a meu ver, a necessidade de uma reavaliação das implicações para a AD do atravessamento pela teoria psicanalítica da subjetividade. Em outras palavras, a grande questão aí levantada diz respeito às conseqüências, nos procedimentos concretos de análise, da *irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle* (ibid., p. 317).

Eis o ponto em que o presente trabalho se detém, ou seja, discutido o atravessamento da AD por uma teoria psicanalítica da subjetividade, proposto por Pêcheux e Fuchs (1975a), no intuito de pensar as conseqüências para este campo de investigação do chamado que faz a conceitos freudo-lacianos.

Em primeiro lugar, examino as indicações, neste sentido, presentes em *Les vérités de la Palice* (1975b), em torno das questões que cercam a leitura proposta por Pêcheux para a noção althusseriana de interpelação, quando ele faz intervir aí conceitos advindos de Lacan. A seguir, busco refletir sobre a relação entre a AD e a psicanálise, trazendo para a discussão referente ao sujeito e ao sentido a noção de *real enquanto impossível*, categoria que ocupa lugar central na parte final da obra de Lacan e que se encontra ausente da teoria de Pêcheux.

Resta dizer que a AD tem assumido, no espaço geral dos estudos lingüísticos, um lugar de saber que "vai contra a corrente", desafiando-se e desafiando, muitas vezes, outros campos do conhecimento, além da lingüística, a repensarem suas bases. O que meu trabalho visa é contribuir para manter, no próprio interior desta área de estudo, um movimento no sentido de desestabilizar as certezas que tendem a se cristalizar no discurso científico, fossilizando-o. Só assim é possível resistir aos acomodamentos.

⁷ Segundo P. Henry (In: Gadet e Hak, 1993, p. 15), Pêcheux, ao desenvolver a análise automática do discurso, objetivava fornecer às ciências sociais o instrumento científico de que elas necessitavam para ultrapassar o estado um tanto "pré-científico" em que se encontravam.

2 – PÊCHEUX E A PSICANÁLISE

Desde o início de seu trabalho, Pêcheux não desconhece Lacan. A primeira edição de *A Análise Automática do Discurso* (AAD) testemunha isso, bem como toda a seqüência de sua obra, onde se podem perceber constantes tentativas de aproximação com a teoria psicanalítica. Entretanto, nem Freud nem Lacan figuram na bibliografia da AAD, e a psicanálise enquanto tal se encontra aí apenas furtivamente mencionada (Henry. In: Gadet e Hak, 1993, p. 49).

Em suas publicações da década de 70, a referência à psicanálise é mais efetiva, evidenciando-se no atravessamento às três regiões que constituem o quadro epistemológico da AD (Pêcheux e Fuchs, 1975a) e na definição proposta para o sujeito em *Les vérités de la Palice* (Pêcheux, 1975b), traduzido no Brasil em 1988 por *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.⁵ É este momento do percurso de Pêcheux que meu trabalho recorta para refletir sobre o modo como o autor articula à AD a contribuição da psicanálise.⁶

A aproximação com a psicanálise não desvia Pêcheux de sua inscrição no materialismo histórico. Em seu entender (1988, p. 139), a questão da "supremacia absoluta do Simbólico" traz consigo uma filosofia e uma epistemologia lacanianas cujos interesses devem ser confrontados com os do materialismo. A tentativa que ele faz é a de aproximar esses dois campos, buscando uma articulação entre ideologia e inconsciente na constituição do sujeito.

Tomo, antes de mais nada, a definição de sujeito em Pêcheux, que se encontra, principalmente, nos subcapítulos 2 e 3 do capítulo III de *Semântica e discurso* (1988), para examinar o lugar que ele dá aí às concepções lacanianas.

M. Pêcheux, aluno de Althusser, busca, acima de tudo, aplicar as teses althusserianas aos estudos da linguagem. A obra de Althusser – sabe-se – representa um esforço de releitura do marxismo, tendo circulado a partir dos anos 60, junto a outras tentativas de renovação teórica (Foucault, Derrida e Lacan), todas elas tendo em mira o estatuto do sujeito. Tal como esses autores, Althusser ataca a concepção idealista de sujeito, só que os sujeitos de Fou-

⁵ Nas referências a essa obra, no corpo do trabalho, coloco entre parênteses a data da publicação brasileira para facilitar o acesso à bibliografia que aparece no final.

⁶ Deixo o estudo de como essa articulação se configura nas obras dos anos 80 (*La langue introuvable*, 1981, sem tradução para o português; *O discurso: estrutura e acontecimento*, publicado em Illinois no ano de 1988 e só em 1990 no Brasil) para um trabalho posterior.

cault, Derrida e Lacan estão ligados à linguagem, enquanto Althusser não estava particularmente interessado nesta questão (seu sujeito é o sujeito da ideologia), tendo estabelecido o paralelo entre as evidências do sujeito e do sentido, sem, contudo, definir uma ligação entre ambas.

Foi para estabelecer essa ligação que Pêcheux introduziu o conceito de discurso, tentando desenvolver uma teoria e um método de análise do discurso. Pode-se dizer que Pêcheux reformula a tese de Althusser de que a *Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*, trazendo-a para o discurso. Em outras palavras, ele toma a teoria de Althusser sobre o sujeito para formular uma teoria semântica que busca desnustificar a "evidência" do sentido.

O autor revê a distinção althusseriana entre Ideologia em geral e ideologias particulares para melhor situar o conceito de *formação ideológica* (FI), formulado por ele, Haroche e Henry (1971). Em Althusser (1987, p. 84), uma teoria da Ideologia em geral seria subjacente às ideologias particulares. A Ideologia em geral, como o inconsciente, é eterna, não tem história, apresentando-se na mesma forma imutável em toda a extensão da história.⁷ Embora seus conteúdos sejam historicamente variáveis, seus mecanismos estruturais permanecem constantes, tal como ocorre no sonho, segundo a teoria freudiana: todos os conteúdos dos sonhos são diferentes, mas suas operações permanecem constantes de uma época ou lugar para outro. A Ideologia em geral não se realiza nos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), não coincide com uma FI historicamente concreta, nem é a ideologia dominante. Já as ideologias particulares têm uma história sua, determinada pela luta de classes.

Quando Pêcheux comenta o a-historicismo da Ideologia em geral e a aproximação que Althusser faz desta noção com a formulação de Freud de que o inconsciente é eterno (ibid., p. 152), ele diz que essas duas categorias (ideologia e inconsciente) não estão aí por acaso. Ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de uma articulação conceptual entre ambas, o autor coloca-se no lugar de quem está, a este respeito, no estágio dos *vislumbres teóricos, penetrando uma obscuridade*.

⁷ Foucault: o sujeito é o da ordem do discurso; Derrida: não há sujeito fora da ordem do signo; Lacan: o sujeito é falado pelo simbólico.

⁸ Entenda-se "história" no sentido como o *Manifesto Comunista* define esse termo, ou seja, como história da luta de classes, história da sociedade de classes.

⁹ A FI é definida por Pêcheux, Haroche e Henry (1971) como a forma pela qual a instância ideológica se materializa; a forma como a ideologia existe. Ela tem um caráter regional e envolve posições de classe.

De fato, nesta obra, Pêcheux efetivamente não avança muito na articulação entre ideologia e inconsciente, mas deixa algumas pistas neste sentido. Segundo ele, a relação entre *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista) começa a ser esclarecida pela própria tese fundamental de Althusser de que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*. É então em torno da metáfora da interpelação que ele vai buscar o ponto de encontro entre esses dois conceitos.

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão... (Althusser, 1987, p. 104)

Pêcheux faz uma leitura bem particular da noção althusseriana de interpelação, ampliando-a em, pelo menos, quatro pontos. A primeira ampliação ocorre quando o autor faz intervir aí o discurso. Para ele, os indivíduos são interpelados em *sujeitos falantes* pelas formações discursivas⁴ que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

A segunda ampliação decorre da interpretação feita pelo autor de que esse Sujeito (com S maiúsculo) – sujeito absoluto e universal – pode ser identificado com o que Lacan designa como o Outro (com O maiúsculo). Segundo Pêcheux, se aceitarmos a formulação de Lacan de que *o inconsciente é o discurso do Outro*, podemos discernir de que modo o *recalque inconsciente* e o *assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no *processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realizam as chamadas condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (ibid., p. 133-4).

⁴ Embora tomado de Foucault (1986), o conceito de *formação discursiva* não recobre exatamente a mesma realidade em AD. Foucault entende por FD o conjunto de enunciados que têm em comum uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas escolhidos, além de um sistema de dispersão semelhante. Pêcheux desenvolve, com base em D. Lecourt (1971), uma crítica marxista da concepção foucaultiana de discurso. Essa crítica atribui a Foucault a renúncia a qualquer tentativa de definição das relações entre práticas discursivas e práticas não-discursivas e conclui pela necessidade de estabelecer uma causalidade dessas determinações não-discursivas. Dito de outro modo, é preciso sistematizar as relações entre as FD e as formações sociais e econômicas. A proposta da AD é que isso seja feito no quadro do conjunto articulado de conceitos do materialismo histórico. Pêcheux busca então inscrever o processo discursivo numa relação ideológica de classe, concebendo o discurso como um dos aspectos materiais do que ele chama de *materialidade ideológica*. Desse modo, define FD como aquilo que *numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito* (1988, p. 160).

Ideologia e inconsciente são, para o autor, estruturas-funcionamentos que constituem o sujeito. O traço comum entre essas duas estruturas é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo um tecido de *evidências subjetivas*, “subjetivas” não porque afetem o sujeito, mas porque o constituem (ibid., p. 152-153).

Prosseguindo no comentário sobre a metáfora da *interpelação*, Pêcheux destaca que o indivíduo é *sempre-já sujeito*, embora todas as evidências busquem ocultar esse ato. A origem estranha da identificação-interpelação é, sob essa ótica, estranhamente familiar. Na mistura surpreendente entre absurdo e evidência decorrente do retorno do estranho ao familiar é que se define a noção de *pré-construído*, trazida por P. Henry à AD. O *pré-construído* é o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse *sempre-já-aí*. Corresponde ao *sempre-já-aí* da interpelação ideológica, que não só fornece, mas impõe à *realidade* o seu *sentido* sob a forma da universalidade.

Na utilização que Pêcheux faz da noção de *pré-construído* encontra-se a terceira ampliação que ele realiza do conceito althusseriano de *interpelação*. O autor considera o efeito de *pré-construído* como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, ao mesmo tempo em que é *sempre-já sujeito* (ibid., p.156). Essa discrepância se dá entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável pelos seus atos. Neste ponto, ele volta a colocar a existência de um *processo do Significante* na interpelação-identificação. Isso implica que o sujeito resulta como *causa de si* de uma rede de significantes que é dada antes, em um “fora” anterior, havendo um apagamento necessário desse fato.

Finalmente, Pêcheux alarga a noção de *interpelação* através das formulações que faz sobre os *esquecimentos*. O termo *esquecimento* não designa perda de alguma coisa que se tenha tido um dia. Trata-se do *acobertamento* da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito, ou seja, o sujeito se constitui pelo *esquecimento* daquilo que o determina.

A primeira definição desse conceito (Pêcheux e Fuchs, 1975a) utiliza a terminologia freudiana da *primeira tópica*, que distin-

⁵ Diante da necessidade de representar o psiquismo como uma interação dinâmica de instâncias, com frequência intensamente conflitiva, Freud propõe representar essas instâncias por um aparelho psíquico distribuído no espaço. Introduz uma primeira tópica (1900), na qual as instâncias são o inconsciente, o consciente e o pré-consciente (Chemama, 1995, p. 212).

gue, por um lado, o pré-consciente-consciente e, por outro lado, o inconsciente. Afetado por dois tipos de esquecimento, o sujeito cria uma realidade discursiva ilusória. Pelo esquecimento nº 1, coloca-se como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido de seu discurso. De natureza inconsciente e ideológica, essa é uma zona inacessível ao sujeito, aparecendo precisamente, por esse motivo, como o lugar constitutivo da subjetividade: o sujeito suprime inconscientemente qualquer elemento que remeta ao exterior de sua FD, instituindo a *ilusão de ser um*, pelo apagamento do fato de que os sentidos não se originam dele.

Pelo esquecimento nº 2, o sujeito tem a ilusão da realidade de seu pensamento, ilusão da transparência do sentido. Caracterizado por um funcionamento do tipo pré-consciente-consciente, esse esquecimento é a zona dos *processos enunciativos*, em que o sujeito retoma o seu discurso para explicitar a si mesmo o que diz, para formular de modo mais adequado o que pensa. Trata-se da *operação de seleção lingüística* que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito. No interior da FD que o domina, o falante elege algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta outras. Esse “esquecimento” dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que ele tem da realidade.

Enquanto o *esquecimento nº 1* diz respeito a uma zona inacessível ao sujeito, o *esquecimento nº 2* fica dentro do domínio do sujeito. O primeiro é o ponto de articulação entre ideologia e inconsciente. O segundo, entre lingüística e teoria do discurso.

Ocultando o processo pelo qual a seqüência discursiva é produzida, o *esquecimento nº 1* cria a ilusão de que o sujeito precede o discurso e está na origem do sentido. Longe de ser esse o caso, na teoria de Pêcheux, é o sujeito que é “produzido” pela seqüência discursiva, ou, mais precisamente, o sujeito é “sempre-já-produzido” pelo que é “pré-construído” na seqüência.

Essa “desigualdade” entre os dois esquecimentos corresponde a uma relação de dominância que se pode caracterizar dizendo que o *não-afirmado precede e domina o afirmado* (Pêcheux e Fuchs. In Gadet e Hak, op. cit., p. 178). É preciso dizer ainda que o recalque que caracteriza o *esquecimento nº 1* regula a relação entre o dito e o não-dito no *esquecimento nº 2*, onde se estrutura a seqüência discursiva.

Em *Semântica e discurso*, Pêcheux retoma a questão dos esquecimentos, criticando a utilização da primeira tópica freudiana feita por ele e Fuchs para explicá-los, utilização que leva a fazer do pré-consciente-consciente uma zona autônoma com relação ao inconsciente, delimitado pela barreira do recalque e da censura

(1988, p. 174). Através da reelaboração lacaniana de pré-consciente⁵¹, o autor diz que *o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente* (ibid., p. 175). Afirma que é a discursividade que restabelece o vínculo entre as representações verbais consciente e inconsciente, pois ambas podem ser unidas à mesma FD, o que possibilita que uma seja remetida à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia. Esse vínculo entre as duas representações, restabelecido no discurso, procede da *identificação simbólica* e, como tal, é representado através das *“leis da língua”* (lógica e gramática), *de modo que, para Pêcheux, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente*.

Aquilo que o autor continua a chamar de *esquecimento nº 2* cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na FD que o domina, sendo aí, precisamente, que se apóia sua “liberdade” de sujeito-falante, liberdade que nada mais é do que a aceitação (livre) de sua submissão.

As considerações de Pêcheux sobre a interpelação podem ser assim sintetizadas. O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das FI e fornece a cada sujeito “sua realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações aceitas. Esse sujeito interpelado tende a “esquecer” o processo mesmo de sua interpelação, realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso.⁵²

Em suma, a definição de sujeito que o autor elabora, no texto que examino, resulta basicamente de uma releitura da noção althusseriana de interpelação que ele busca ampliar colocando a questão do discurso e fazendo intervir formulações oriundas da psicanálise. Seu esforço maior é o de fazer corresponder conceitos de Althusser com os de Freud e Lacan, sempre em torno da questão da “interpelação-assujeitamento”. O sujeito, visto como nada mais que um *efeito*, é explicado identificando-se o “Outro” de Lacan ao “Sujeito” de Althusser e aproximando-se os processos pelos

⁵¹ Lacan, no *Seminário I* (1953-1954), *Os Escritos Técnicos de Freud* (1979), substitui o esquema freudiano do aparelho psíquico pela experiência do buquê invertido (p. 94). Com a ajuda dessa nova metáfora, passa da tópica freudiana para suas categorias: real, imaginário e simbólico, dando, pois, ao pré-consciente seu estatuto imaginário (Chemama, op. cit., p. 166).

⁵² O interdiscurso é o lugar dos pré-construídos, daquilo que remete a uma construção externa, anterior, independente daquilo que é construído na superficialidade do discurso (intradiscurso).

quais ambos explicam – cada um a seu modo – a constituição desse sujeito, desde um “exterior” que não é “visível” para ele e que fornece uma ilusão de unidade. Fazendo convergir conceitos da psicanálise e da AD, Pêcheux afirma que o *ego* (o imaginário no sujeito) não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao “Outro” (ou ao “Sujeito”), já que essa subordinação-assujeitamento se realiza no sujeito sob a *forma da autonomia* (ibid., p. 163). O sujeito “age”, assume uma posição com “toda liberdade”, mas essa “tomada de posição” é meramente o “efeito” de FD e FI que são “exteriores” ao sujeito, um exterior que permanece excluído de seu campo de visão pelo que o autor chama de *esquecimento nº1*.

É a partir da teoria do sujeito, resultante da releitura do texto de Althusser, confrontado ao de Lacan, conforme indicado acima, que Pêcheux formula sua teoria do sentido. Segundo o autor, é a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado *queiram dizer o que realmente dizem* e que mascaram, assim, sob a *transparência da linguagem*, o que ele chama de *caráter material do sentido das palavras e dos enunciados* (ibid., p. 160).

O caráter material do sentido, mascarado por sua evidência transparente para o sujeito, depende constitutivamente do sentido das formações ideológicas. Pêcheux especifica essa dependência por meio de duas teses:

1. O “sentido” não existe “em si mesmo”, isto é, na sua relação transparente com a materialidade do significante, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas);
2. Toda FD dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência em relação ao complexo das FI, ou seja, esse “algo que fala” antes, em outro lugar e independentemente, sob a dominação das FI, não é imediatamente visível na superfície do que é dito.

3 – O “SUJEITO” É O “OUTRO”?

Vimos que Pêcheux recorre à releitura de Marx por Althusser e ao “retorno” de Lacan a Freud para explorar aquilo que do exterior da lingüística opera nas próprias teorias lingüísticas de maneira determinante. O lugar de entendimento entre esses dois campos (materialismo histórico e psicanálise) que o autor articula à lingüística é a recusa das noções filosóficas que visam fazer do sujeito um ser livre e determinado, origem de todo fenômeno. É

exatamente para superar essa visão de sujeito como *ser transparente a si mesmo* que ele empreende o esforço de conferir à subjetividade uma dimensão ao mesmo tempo ideológica e psicanalítica.

O fato de o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estarem materialmente ligados no processo da linguagem justifica a necessidade dessa articulação, que Pêcheux aponta sob as bases da identificação entre o Sujeito althusseriano e o Outro lacaniano.

Julgo que não é possível fazer coincidir o Sujeito e o Outro sem reducionismo, uma vez que o Outro lacaniano tem um alcance que não se encontra em Althusser nem mesmo na retomada que dele faz Pêcheux. Essa identificação só se justifica numa leitura unilateral do texto psicanalítico. É o que procuro mostrar a seguir.

3.1 – O Grande *Sujeito* Althusseriano

Para fazer aparecer o que, no meu entender, tropeça na articulação proposta por Pêcheux, é preciso retomar alguns aspectos da teoria althusseriana de ideologia, pois ver a subjetividade sob a perspectiva marxista e psicanalítica é já uma aspiração de Althusser.

A teoria de Althusser sobre a ideologia desenvolve-se em escala bastante ampla, em torno de conceitos globais como o de *sujeito* e o de *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Detenho-me somente no primeiro aspecto. Sejam quais forem suas falhas e limitações, a exposição althusseriana representa um dos grandes avanços nesse tema no pensamento marxista moderno.

Invertendo as posições que viam na ideologia uma simples distorção do real, Althusser (1987, p. 81) a considera como o meio indispensável para a constituição de sujeitos humanos. Para ele, a ideologia não é primordialmente uma questão de “idéias”: é uma estrutura que se impõe a nós, sem necessariamente ter que passar pela consciência. Pode-se dizer que a perspectiva do autor coloca sua teoria na direção de uma apreciação positiva da ideologia como algo no estado indeterminado de não ser verdadeiro, mas que é, no entanto, necessariamente vital.

É pela representação da relação imaginária com suas condições reais de existência que o sujeito se institui, afirma a tese de Althusser (ibid., p. 85), buscando a noção de *imaginário* no ensaio de Lacan, intitulado *O Estádio do Espelho como Formador da Função*

do Eu." Neste texto, Lacan refere o momento *jubilatório* da criança confrontada com sua própria imagem no espelho, momento em que ela – antes, fundida e confundida com o mundo a seu redor – reconhece a própria imagem através da figura de um outro-eu. Dessa imagem, a criança, simultaneamente, percebe sua diferenciação em relação ao mundo externo e confirma, a partir de fora, a perfeição narcísica que a constitui como falo de sua mãe.

Na perspectiva de Althusser, o mesmo ocorre na esfera ideológica, ou seja, o sujeito humano transcende seu verdadeiro estado de difusão ou descentração, e encontra uma imagem consoladoramente coerente de si mesmo, refletida no “espelho” de um discurso ideológico dominante. Armado desse “eu” imaginário, que, para Lacan, implica uma “alienação” do sujeito, ele é então capaz de agir de maneira socialmente apropriada (Eagleton, 1996, p. 214).

Através da ideologia, prossegue Althusser (1987, p. 93), a sociedade nos “interpela”, ou nos “chama”, parece destacar-nos como singularmente valiosos e dirigir-se a nós pelo nome. Ao nos “identificar” dessa maneira, chamando-nos em meio à massa de indivíduos, a ideologia nos leva a ser sujeitos individuais (Eagleton, op. cit., p. 215). Constitui-se, assim, uma *imago*, ao mesmo tempo alienante e estruturante, tal como o *Ego-Ideal* (ego do desejo materno): alienante, porque não corresponde à experiência (é um *eu-fora-de-mim* que não confirma o *eu-dentro-de-mim*); estruturante, porque as tentativas de corresponder a essa imagem é que vão constituir o sujeito.

Um problema surge, de imediato, em relação à teoria da *interpelação*: como o indivíduo humano reconhece e responde ao “chamamento” que faz dele um sujeito, se ainda não é sujeito? Para contorná-lo, Althusser afirma que na verdade somos “sempre-já-sujeitos”, até mesmo antes de nosso nascimento, pois nossa chegada já foi desde sempre preparada. Na procura de confirmação, cita o fato de Freud já ter demonstrado que a criança tem um lugar no desejo da mãe antes mesmo de nascer (1987, p. 98). Para Althusser, as formas da ideologia familiar, que constituem a espera da criança, conferem-lhe antecipadamente uma série de características, ou seja, um lugar: ela terá um nome, uma identidade, será insubstituível. Enfim, antes do nascimento, o indivíduo já é sujeito, determinado pela configuração ideológica na qual é

esperado. Apesar dessa explicação, o “momento da *interpelação*” continua a ser o ponto central sobre o qual o autor insiste.

A noção de *representação imaginária*, através da qual Althusser define ideologia, tem um aspecto interessante, como já foi dito, que é o de afastar a idéia de *ideologia como inversão*. O autor livra a noção de ideologia de sua negatividade, apontando para que se veja aí uma dimensão positiva: a ideologia é constitutiva do sujeito.⁹ No entanto, acho que a idéia de *interpelação* deve ser revista, pelas razões que exponho abaixo.

Vimos que a afirmação de Althusser acerca da natureza ilusória do que nos constitui como sujeitos baseia-se na noção lacaniana de *imaginário*. O autor opera uma fusão total do conceito de “espelho” (a estrutura narcísica) com o de ideologia. Segundo Ricoeur (1986), é extremamente difícil construir o conceito de sujeito sobre a estreita base da relação narcísica do espelhamento. *Não existe uma história do indivíduo para além da fase especular?*, pergunta Ricoeur. Falar de nossa relação com o mundo requer uma estrutura simbólica (ibid., p. 271). O grande problema da teoria de Althusser é que ele só faz intervir o registro do imaginário na constituição do sujeito.

De fato, a primeira forma organizada do processo de constituição subjetiva proposta por Lacan é o *estádio do espelho*. Entretanto, para que esse estádio opere, é preciso que a esse espelho o Outro dê uma moldura, que não pode ser de imagens que se remetariam uma à outra ao infinito, mas é da ordem simbólica. É a arquitetura no Outro que ordena, organiza o mundo imaginário ao qual o sujeito se aliena como “moi” (Strauss. In: Miller, 1987, p. 46). A ordem simbólica, portanto, é que irá mediatizar a relação do sujeito com o *real*, enlaçando para o sujeito o *imaginário* e o *real* (Dor, 1989, p. 102).

A teoria althusseriana da ideologia parece resultar, então, de uma leitura parcial dos textos de Lacan. O sujeito imaginário de Althusser corresponde, na verdade, ao “moi” (eu) lacaniano, que é, para a teoria psicanalítica, meramente a ponta do *iceberg* do “je” (Eu). É o “eu”, para Lacan, que se constitui no imaginário como uma identidade unificada; o sujeito “como um todo” é o efeito clivado, faltoso e desejante do inconsciente, que, em Lacan, pertence ao simbólico e também à ordem imaginária (Eagleton, op.

⁹ Comunicação apresentada no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, Zurich, 17 de julho de 1949. Publicado no Brasil em ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 97-103.

¹⁰ A idéia de “inversão” é mantida em todos os momentos da teoria de Marx, o que faz com que o conceito de ideologia conserve, na teoria do autor, uma conotação crítica e negativa.

¹¹ Sobre a positividade da ideologia e sua relação com a cultura, ver Geertz (1989).

cit., p.216). Althusser produziu, na verdade, uma teoria do ego e não do sujeito humano.

Um outro aspecto trazido por Althusser é que a interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a existência de um *Outro Sujeito*, Único e central (1987, p. 101), em nome do qual a ideologia interpela todos os indivíduos como sujeitos. Do lado do sujeito “pequeno” ou individual, o autor formula a noção de “grande” Sujeito, constituído pelos significantes ideológicos dominantes com que o indivíduo se identifica. Na leitura de Althusser, esse Sujeito corresponderia mais ou menos ao supereu freudiano, visto por sua dimensão de poder censor que nos mantém obediente em nossos lugares. Ocorre que esse é apenas um aspecto da teoria freudiana, aspecto que vai perdendo a ênfase no decorrer da obra de Lacan.

3.2 – O Grande Outro Lacaniano

Embora a categoria do *grande Outro* não apareça em Freud¹⁴, a idéia de uma dimensão da alteridade que preexiste a todo sujeito já está presente em sua teoria.

Na perspectiva freudiana, o bebê humano, em virtude da prematuração biológica que o caracteriza, está tomado por um desamparo radical, sendo incapaz de realizar uma *ação específica* que altere o mundo externo (fornecimento de alimento, aproximação do objeto sexual, etc.). Essa *ação específica* se efetua por meio da assistência alheia, de modo que o sujeito humano está indelevelmente marcado pela relação com o outro. O nosso psiquismo é afetado, desde o momento em que nascemos, pela experiência da satisfação que o seio materno proporciona ao sedar a angústia e a carência provenientes dessa imaturidade essencial. O registro da alteridade institui-se então simultaneamente ao da formação subjetiva.

No entanto, essa alteridade não se restringe à presença do outro semelhante, mas indica algo mais fundamental, pois, no reconhecimento do próximo, *há algo que resiste como uma Coisa, que escapa ao juízo, e que aparece como estranho ou mesmo hostil* (Rinaldi, 1996, p. 47). Estando o objeto da satisfação perdido, esse reconhecimento jamais é total, o que reveste de um caráter precário toda a tentativa de encontro desse objeto na realidade.

Ao referir-se ao ataque histérico, na *Carta 52* a Fliess, Freud menciona:

¹⁴ Trata-se de uma formulação original de Lacan.

Todos os ataques de tonteiras e acessos de choro visam a uma outra pessoa – mas, basicamente, visam àquela outra pessoa pré-histórica e inesquecível, que jamais é igualada por ninguém. (apud Rinaldi, op. cit., p. 48)

Já está em Freud o reconhecimento de que, na busca do objeto do desejo, o sujeito encontra esse outro que “pode servir”, mas que o remete sempre a uma “outra pessoa pré-histórica e inesquecível”.

Lacan explica essa dupla dimensão da alteridade, distinguindo o *pequeno outro* do *grande Outro*. Na primeira dimensão, a ênfase se coloca no lugar e na função daqueles em relação aos quais se forma o desejo da criança: mãe, pai, ou mesmo, em sua dimensão de rivalidade, irmãos e irmãs (Chemama, 1995, p. 156).

No *Seminário II* (1995)¹⁵, o autor introduz a noção de grande Outro, opondo ao pequeno outro, enquanto semelhante que se identifica ao eu, uma segunda dimensão da alteridade, que não se resolve, um Outro que não é um semelhante, um Outro enigmático, *obscura autoridade*, que se situa como lugar, detendo as chaves de todas as significações inacessíveis ao sujeito.

Há dois outros que se devem distinguir, pelo menos dois – um outro com A maiúsculo e um outro com a minúsculo, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala. (Lacan, 1995, p. 297).

Segundo Chemama (op. cit., p. 156), o que se tenta indicar com essa convenção de escrita (outro / Outro) é que, além das representações do eu e também além das identificações imaginárias, especulares, o sujeito é tomado por uma ordem radical exterior a ele, da qual depende, mesmo quando pretende dominá-la.

Desde que vem ao mundo, o filho do homem é mergulhado em um banho de linguagem que preexiste a ele e do qual irá suportar a estrutura em seu conjunto como discurso do Outro. (Chemama, op. cit., p. 200)

O Outro é, em primeiro lugar, a mãe, objeto perdido devido à proibição do incesto, mas constitui sobretudo o lugar onde os significantes já estão, antes de todo sujeito, sendo daí que ele recebe sua determinação maior.

[...] a ordem do símbolo não pode mais ser concebida como constituída pelo homem, mas como o constituindo. (Lacan, 1978, p. 52)

¹⁵ Os textos desse *Seminário* são de 1954-1955.

[...] o sujeito, se parece servo da linguagem, ele o é mais ainda de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito desde seu nascimento, ainda que sob a forma de seu nome próprio. (ibid., p. 226)

Se tomarmos formulações como essas, é possível dizer que há, em Lacan, a idéia de um condicionamento do sujeito pelo Outro, o que pode ter levado Pêcheux a aproximá-lo de Althusser a fim de, a partir daí, colocar a necessidade, para a AD, da articulação entre ideologia e inconsciente.

Em meu projeto de doutoramento (1994), procurei levar a efeito essa indicação de Pêcheux. Para tanto, segui as colocações de Althusser, que estão em seu artigo de 1964, *Freud e Lacan* (1985), em que o autor, analisando a teoria lacaniana, identifica a Ordem do Significante com o que ele chama de Lei da Cultura. A Lei da Cultura não se esgota na linguagem – embora seja pela linguagem que se tenha acesso a ela – mas tem por conteúdo as estruturas reais do parentesco e as formações ideológicas determinadas, nas quais as personagens aí inscritas vivem a sua função (Althusser, 1985, p. 65).

A partir daí, formulei que o acesso à ordem simbólica ocorre pela mediação das formas ideológicas em que são vividas as funções de, por exemplo, maternidade, paternidade, filiação. Essas funções são compreendidas somente quando forem consideradas as condições econômicas, jurídicas, éticas e religiosas que estruturam o papel do pai, da mãe e da prole na nossa cultura, o que parece só ser possível recorrendo-se ao corpo conceitual do materialismo histórico.

Na tentativa de chegar a uma formulação de sujeito que, seguindo a indicação de Pêcheux, relacionasse inconsciente e ideologia, afirmei que se, por um lado, o simbólico se impõe de fora ao homem através da Metáfora Paterna, que o faz sujeito em conformidade com as leis e normas da cultura, por outro lado, as estruturas concretas do parentesco (paternidade, maternidade, infância), as variações históricas dessas estruturas estão sensivelmente afetadas pela ideologia (Teixeira, 1994, p. 14-5)*.

O que critico hoje nessas afirmações é o fato de não levarem em conta que esse Outro não é simplesmente uma máquina resultante do automatismo de uma combinatória estrutural, mas é um Outro desejante. O que não está enfatizado no Pêcheux de *Semântica e Discurso* nem na formulação que tentei a partir dele é a dimensão

* Essa mesma formulação encontra-se em BARBISAN, et. al. *O Discurso Pedagógico: a Presença do Outro*. Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), jan. 1996, p. 35-50.

da falta, o caráter inapreensível desse Outro, resultante do fato de que o simbólico não se totaliza, aspecto que é indicado, ao longo da obra de Lacan, pela noção de *real*.

Ao articular a linguagem à teoria althusseriana da interpelação, Pêcheux não deixa de trazer o sujeito para a dimensão do simbólico. No entanto, o recorte que o autor faz dessa noção enfatiza os aspectos que contribuem para reforçar a noção de *assujeitamento* trazida por Althusser. A convocação feita à psicanálise não tem outra razão de ser senão a de reafirmar a idéia de que o sujeito está irremediavelmente preso à própria teia em que se instituiu. Faz-se um apelo desconsiderando-se aquilo que é essencial à psicanálise, ou seja, o fato de haver aí um desejo em operação.

Em suma o sujeito pècheuxtiano transcende o caráter egóico do sujeito althusseriano, no entanto, por não ser remetido ao registro do real, enreda-se definitivamente na teia simbólica. Uma tal leitura induz a AD a um certo pessimismo político, pois expulsar o desejo do sujeito é emudecer seu clamor potencialmente rebelde, condenando-o a um lugar "estável" de submissão a uma Ordem que o ultrapassa.

Para aprofundar a compreensão do que afirmo, procuro situar a que interpretação da obra de Lacan Pêcheux se vincula.

3.3 – Leitura de Lacan por Pêcheux

Ainda que Lacan tenha desenvolvido sua teoria em torno de uma linha mestra, pode-se perceber um movimento em relação ao sentido e à ênfase que ele atribui, ao longo de sua obra, a determinados conceitos básicos. Destaco a estrutura formada pelos três registros – real, simbólico e imaginário – estabelecida por Lacan em 1953, em torno da qual se pode pensar o desenvolvimento da noção de sujeito, acompanhando-se o deslocamento de sua teorização do imaginário para o simbólico e finalmente para o real.

É preciso esclarecer, antes de prosseguir, que o real nunca esteve ausente em Lacan, encontrando-se em numerosas passagens de sua obra desde os anos 50, embora só receba uma articulação rigorosa nos últimos textos do autor. De fato, os conceitos de real, simbólico e imaginário não podem ser pensados a não ser em suas relações uns com os outros. Lacan os representa por três círculos de barbante ligados a um nó borromeu, de maneira tal que, quando um dos círculos é desfeito, os outros dois também se desfazem (Chemama, op. cit., p. 104). No entanto, esses três registros parecem ter sido diferentemente nuançados em momentos distintos da

obra do autor, pelo menos, na interpretação que alguns estudiosos – como Žižek e Pacheco – fazem do percurso teórico de Lacan.

Pacheco (1996) refere três momentos na obra lacanianiana em relação à questão que está em foco. O primeiro momento (1936 a 1949) tem no *Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu* (1996) o seu ápice. Neste momento, o registro do imaginário é privilegiado, figurando o “eu” como conceito central (Pacheco, op. cit., p. 43).

O *imaginário* não é a imaginação, mas o *registro do engodo, da identificação* (Chemama, op. cit., p. 104). Deve ser compreendido a partir do estádio do espelho e de sua dupla conseqüência na história do sujeito: ao mesmo tempo em que representa a primeira experiência que o homem tem de sua individualidade, é a fase inicial do desapossamento do ser de si mesmo, pois o mundo não chega – à criança que se olha no espelho – enquanto mundo, mas enquanto morada da sua imagem, de modo que a primeira expressão que ela tem de sua unidade ocorre através da internalização da figura de um outro eu (Barbisan et. al., 1996, p. 42). Num segundo momento da produção teórica de Lacan, a partir de 1953, o simbólico passa a ocupar o lugar central. O texto que inaugura essa “fase simbólica” é *Função e Campo da Palavra e da Linguagem em Psicanálise*” (In: *Escritos*, 1978, p. 101-187).

Lacan enfatiza, neste texto, a dimensão intersubjetiva da palavra, vista como meio de reconhecimento intersubjetivo do desejo. *Os sintomas e traumas são lacunas, são espaços vazios e não-historicizados do universo simbólico do sujeito, sendo papel da análise realizar no simbólico esses vestígios traumáticos, incluindo-os no universo simbólico ao lhes conferir na posteridade, retroativamente, uma significação* (Žižek, 1991, p. 76).

O inconsciente é esse capítulo da minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: isto é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; o mais das vezes ela já está escrita em algum lugar. (Lacan, 1978, p. 124)

Lacan faz uma restituição do inconsciente à linguagem, que passa a ser a própria condição do humano.

[...] o sintoma se resolve inteiramente numa análise de linguagem, porque ele próprio é estruturado como uma linguagem, que ele é linguagem cuja fala deve ser libertada. (ibid., p. 133)

¹⁹ Relatório do Congresso de Roma, realizado no *Istituto di Psicologia della Università di Roma* nos dias 26 e 27 de setembro de 1953, que constitui, segundo Kaufmann (1996, p. 474), o manifesto inaugural de Lacan.

Definida como um *método de verdade e de desmistificação das camuflagens subjetivas* (Lacan, 1978, p. 105), a análise visa a produzir o reconhecimento do desejo numa *palavra plena*, que viria a se instaurar no lugar de uma *palavra vazia*, onde, segundo Lacan (ibid., p. 118), *o sujeito parece falar em vão de alguém que, mesmo ao se lhe assemelhar a ponto de se enganar, jamais se anexará à assunção de seu desejo*. Na interpretação de Žižek (1991, p. 76), no fundo, aqui ainda há uma concepção fenomenológica da linguagem, próxima à de Merleau-Ponty, na medida em que a ordem da palavra é identificada com a da significação. Para Kaufmann (1996, p. 474), neste texto, o símbolo é tratado na linha de Hegel, como morte da coisa. Nenhuma referência é feita à noção de cadeia significante.

É no *Seminário sobre a Carta Roubada* (1978, p. 17-67)²⁰ que Lacan expõe a sua teoria do significante, ilustrando uma das mais importantes lições da psicanálise: a ordem simbólica é constituinte do sujeito. A metáfora da carta mostra o manejo intersubjetivo dos símbolos. A ênfase, nesta etapa, muda da palavra para a *língua*, dada como uma estrutura fechada, diferencial, sincrônica, a que o sujeito está assujeitado. É a fase mais estruturalista de Lacan, no entender de Žižek (1991, p. 77), pois a língua é mostrada como uma estrutura significante *insensata*, dissimulada pela relação imaginária, cujo automatismo regula a significação.

[...] é a ordem simbólica que é, para o sujeito, constituinte, demonstrando-lhes em uma história a determinação maior que o sujeito recebe do percurso de um significante. (Lacan, 1978, p. 18)

[...] a ordem do símbolo não pode mais ser concebida como constituída pelo homem, mas como o constituindo. (ibid., p. 52)

Žižek considera que o problema dessa etapa é que, nela, o sujeito – como sujeito do significante, irreduzível ao eu imaginário – é no fundo *impensável*: de um lado, está o eu imaginário, lugar do desconhecimento e, do outro, um sujeito totalmente assujeitado à estrutura, alienado, sem resto (op. cit., p. 77).

Em suma, em sua produção teórica dos anos 50, o que interessa a Lacan é demonstrar que o mero deslocamento do significante é responsável pela produção dos efeitos de sujeito. Nesta fase de fascínio pelo simbólico, o sintoma surge na falta da palavra e se destina ao Outro (analista), capaz de deter seu sentido. A suposição de que o Outro possa deter o sentido do sintoma exige que este Outro seja consistente, completo (Pacheco, op. cit., p. 45-47).

O movimento de deslocamento da ênfase do simbólico em direção ao real começa a explicitar-se em 1958, com o *Seminário de*

²⁰ Texto de 1955.

1958 – 1959, *Le désir et son interprétation* (1996), em que Lacan conclui que o Outro, lugar da verdade, não contém o significante que seria a garantia dessa verdade, pois ele próprio é furado, uma vez que o simbólico não se totaliza.

No seminário seguinte (1959-1960), *A ética da psicanálise* (1991), Lacan radicaliza a noção de sujeito, empurrando-o para fora da estrutura pelo reconhecimento de que o homem, desde sempre, busca algo “para além” (Pacheco, op. cit., p. 47).

É, no entanto, no Seminário XI (1964), *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1990), que a teoria das pulsões e a radicalização da categoria *real*²¹ encontram um lugar cada vez mais destacado na obra de Lacan.

O *real* não é a realidade externa, material ou não, muito menos a realidade psíquica de Freud, constituída pela fantasia; o real é o que subsiste a toda simbolização, o que sempre resta, o impossível de simbolizar (Rinaldi, op. cit., p. 27).

Zizek (op. cit., p. 65-7) destaca uma série de determinações opostas a propósito do real lacaniano. A primeira delas refere-se ao fato de que o real é o ponto de partida, a base do processo de simbolização, pois, de certa maneira, é a substância bruta, anterior ao simbólico, estruturada por ele, aprisionada em sua rede. É também a sobre do próprio processo de simbolização, o excedente, o resto que escapa à simbolização e que é, como tal, produzido por ela.

O segundo par de oposições relaciona-se com o anterior: o real é a plenitude da presença inerte, positiva. No entanto, se não falta nada ao real, ele é, ao mesmo tempo, o vazio, o buraco, a falta central ao redor da qual se estrutura o simbólico.

Em terceiro lugar, o real é o núcleo sólido, o que sempre retorna ao mesmo lugar, a pedra em que a simbolização tropeça. Por outro lado, ele é essencialmente inconsistente, de modo que quando tentamos captá-lo em sua positividade, ele se evapora.

O quarto par dessa série de oposições relaciona-se ao fato de que o real é o contingente que faz descarrilar o automatismo simbólico, o grão de areia que bloqueia o circuito equilibrado da máquina, e é precisamente por isso que ele nunca se deixa aprisionar em seu dado positivo, só sendo discernível a partir de seus efeitos na estrutura (repetições, deslocamentos, etc., produzidos por um X traumático).

Daí decorre a próxima oposição: o real é, segundo definição já clássica, o que não cessa de não se escrever, portanto, o impossível, o

²¹ O trabalho do real enquanto tal se intensifica ainda mais nos textos finais da obra de Lacan, ou seja, os dos anos 70 (Pacheco, op. cit., p. 43).

que escapa ao escrito, sendo dessa própria impossibilidade, no entanto, que podemos tocá-lo pelo escrito, que podemos delimitar seu lugar vazio (Zizek, 1991, p. 69).

Ultrapassando a perspectiva fenomenológica da palavra e a perspectiva estruturalista da língua, neste terceiro momento, a ênfase é dada ao Outro barrado, não-todo, articulado a partir de um buraco (ibid., p.77). Agora, para apreender o sujeito do significante, não se trata de tomar a palavra que remete a uma significação ou de tomar a língua como uma estrutura completa, pois uma cadeia significante se articula a partir de um Outro furado, não simbolizável, real (Rinaldi, op. cit., p. 16).

Se a leitura de Althusser pode ser localizada no momento da obra de Lacan que enfatiza a noção de imaginário, a leitura de Pêcheux coloca-se no segundo momento, em que o sujeito é estruturado sob as leis da linguagem. Um e outro realizam uma interpretação unilateral do texto lacaniano, pois, ainda que Lacan enfatize apenas o imaginário e o simbólico nos textos até os anos 50, ele nunca reduz o sujeito ao ego nem à submissão irrestrita ao simbólico. Desde sempre, a vocação do pensamento lacaniano é chegar a um sujeito advindo do real, logo submetido à pulsão, numa dimensão que ultrapassa as afetações linguageiras (Pacheco, op. cit., p. 21).

Ao acrescentar às referências althusserianas a contribuição da psicanálise para explicar a subjetividade, sem fazer comparecer aí de modo fundamental a noção de *real*, Pêcheux reafirma a relação de alienação total do sujeito à estrutura, única relação possível quando o Outro é tomado como uma bateria completa, sem furo. Resulta daí, para a AD, um assujeitamento sem resto.

A questão do sujeito remete à do sentido. No que diz respeito a este aspecto, a AD se aproxima do entendimento de que o objetivo da análise é a produção de uma palavra plena em que o desejo possa ser reconhecido. Isso se faz notar nos dois níveis propostos para a análise de discurso (interdiscurso / intradiscurso), em que subjaz a idéia de que a análise discursiva possa chegar a um deciframento, sob a inocência da fala, de um discurso outro, o discurso da ideologia e, se levada a efeito a proposta de Pêcheux em *Semântica e Discurso* – o do inconsciente.

Este encaminhamento, que é o que segui em meu Projeto de Doutorado, pode levar a que se institua o inconsciente como um espaço “legível”, que se pode acessar a partir do que está visível na seqüencialidade discursiva. Desvendando, a partir do intradiscurso, as formas lingüísticas denotadoras do Outro, eis um dos objetivos a que me propunha atingir, na ocasião, e que hoje procuro reconsiderar, perguntando-me: Será que é possível libertar o sentido (e o

sujeito) de sua opacidade imaginária? Há como apreender esse lugar vazio preexistente ao conteúdo que vem preenchê-lo?

Por trás do objetivo a que me referi acima está a idéia de que há uma certa plenitude a se chegar quanto ao sentido, via análise discursiva, idéia que se apóia numa concepção de *Outro não barrado, sem sintoma, sem núcleo opaco*.

Para concluir este item, volto à identificação do Sujeito com o Outro, sugerida por Pêcheux, para revê-la à luz das colocações feitas até aqui. Creio ter agora deixado mais claro porque afirmei (item 3, p. 14) não ser possível fazer coincidir o Sujeito e o Outro sem reducionismo. De fato, uma tal identificação baseia-se na leitura do texto lacaniano que enfatiza a concepção de sujeito assujeitado a uma estrutura significante, regulada por um automatismo *insensato*, que conduz o jogo dos efeitos de significação. Como já disse, Pêcheux retém de Lacan aquilo que o aproxima de uma perspectiva como a de Althusser, a quem seguiu mais do que a qualquer outro, resultando dessa articulação um sujeito que se institui no automatismo de uma combinatória estrutural sem resto.

O desafio que se coloca agora é pensar as conseqüências para a AD de se tomar por base a problemática lacaniana da *falta no Outro*, do vazio traumático em torno do qual se articula o processo significante.

4 - A ANÁLISE DO DISCURSO E A HIPÓTESE DE UM SUJEITO DESEJANTE

Para a AD, de acordo com o que foi dito antes, o sujeito é determinado, mas, para agir, deve ter a ilusão de ser livre, mesmo quando se submete. Tendo internalizado a Lei que o constitui como "autônomo", ele trabalha, como diz Althusser, "sozinho", sem necessidade de nenhum tipo de supervisão coercitiva. O grande Sujeito está sempre-já-aí para manter homens e mulheres em seus lugares designados na sociedade de classes.

A leitura de Lacan por Pêcheux, predominantemente tomada pela perspectiva simbólica, apenas reafirma a alienação total do sujeito à estrutura, de maneira tal que *o teatro da consciência é observado dos bastidores, lá onde se pode captar que se fala do sujeito, que se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: "Eu falo"* (Pêcheux, 1988, p. 154). Isso que fala antes é o Sujeito, que o autor identifica ao Outro lacaniano, visto como uma *bateria completa*. A Lei está tão intimamente ligada ao desejo do sujeito que ele a toma erradamente por sua *livre* iniciativa, o que coloca como remota qualquer

possibilidade de oposição a ela. Do ponto de vista sombrio desta teoria, o sujeito é meramente produto "sobredeterminado" dessa ou daquela FD, não lhe restando outro lugar a não ser o de reprodução.

Será a história da *interpelação ideológica* invariavelmente assim tão bem-sucedida? E se deixarmos de reconhecer o chamamento do Sujeito como dirigido a nós? E se não o respondermos?

Estão aí os discursos do amante, do artista e do revolucionário para atestar que o sujeito pode transgredir a própria Lei de que é o efeito.

A proposição do sujeito como desejante vem exatamente criticar essa "estabilidade" do sujeito da interpelação, marcando aí duas impossibilidades: a de apreendermos o Sujeito e seu chamado como realmente são; a de sabermos se "verdadeiramente" respondemos a esse chamamento. Se, como diz Lacan, nunca podemos estar plenamente presentes como um "sujeito todo" em nenhuma de nossas respostas, como pode nossa anuência, quando interpelados, ser considerada "autêntica"? Essas observações são feitas por Eagleton (op. cit., p. 217) para argumentar que não há razão que justifique a disposição de sempre aceitarmos a identificação que a sociedade nos confere com *este tipo particular de sujeito*.

Quando o *real* ganha o centro da teoria de Lacan, o sujeito que está em jogo passa a ser o da pulsão (Pacheco, op. cit., p. 44). Trata-se de concebê-lo como advindo de um lugar fora da linguagem, fora da repetição automática do mesmo, o que implica o reconhecimento de que há algo *mais além* na origem da cadeia significante, um indizível que, sem falar, faz falar.

O fundamental nesta concepção é que a pulsão exige permanentemente novas organizações subjetivas, de modo que o sujeito resulta como eterna construção, sempre *por vir* (ibid., p. 83). Seu lugar é o da *produção*, pois, não havendo mais posições definitivas, sempre é possível à pulsão circunscrever novos circuitos.

Fazer intervir o *real* na constituição do sujeito é admitir que há um *resto* não integrável no Outro (o objeto *a*), que permite ao sujeito escapar da alienação total à Ordem. Se é assim, o sujeito não se reduz ao eu, lugar do desconhecimento imaginário, e também não se perde no processo de assujeitamento ao significante.

Opera-se, desse modo, um deslocamento, em relação a Pêcheux, do simbólico para o real, da linguagem para a pulsão, do lugar de reprodução para o de produção. Tem-se um sujeito capaz de, no retorno ao simbólico, fazer um re-arranjo de suas sobre-determinações, modificando a situação já dada, sendo esta a liberdade possível para ele.

À questão do sujeito, junta-se a do sentido. A noção de real, tal como Lacan a apresenta, é fundamental para se apreender a impossibilidade de uma realização simbólica consumada, porque existe um vazio, uma falta que acompanha o movimento da significação, de modo que *um não-senso surge necessariamente em algum lugar tão logo há o advento do sentido* (Zizek, 1991, p. 78).

Isso não implica nenhum niilismo em relação ao sentido. Ele está aí, sempre parcial e contingente, não-todo. E é porque o sentido fracassa que novos sentidos podem proliferar. A meu ver, esse aspecto reatualiza as noções de *polissemia* e *paráfrase*, trazidas por Orlandi (1987, p. 136) como a própria condição de existência da linguagem. No entender da autora, é criticável que se conceba a linguagem tanto como *produtora* (e o mundo é dado) quanto como *produto* (e a linguagem é dada). A linguagem se constitui na tensão entre dois processos: a *paráfrase* e a *polissemia*. A *paráfrase* mantém o homem num retorno constante a um mesmo espaço dizível. A *polissemia* desloca o “mesmo” e aponta para a ruptura, para a criatividade, revelando o conflito entre o institucionalizado e o que tem de se instituir (ibid., p. 137).

Para encerrar essas considerações, apresento parte do que me foi possível articular, juntamente com Flores (1996)²¹, a partir da leitura de Souza (1996), quando o autor considera *A Antígona* de Sófocles como metáfora para uma abordagem da linguagem, possibilidade esta pensada a partir da discussão entre o *justo* e o *legal* que a tragédia enseja. O autor coloca do lado do *justo* o não-legislado da linguagem, aquilo que é da ordem de *uma sintaxe particular* e do lado do *legal*, o legislado, o que remete à *saturação de significações consagradas e compartilháveis* na sua totalidade por usos e costumes linguageiros.

Parece haver aí o reconhecimento de uma dupla vocação na própria estrutura da linguagem: uma que chama para a acomodação ao já-dado e outra que impele ao risco, à ruptura com o já consumado ou prescrito. O que temos no ato heróico de Antígona é o corte em relação à linguagem estaque de significações seguras, um arriscar-se na irreverência ao consumado. Ou seja: o sujeito se inscreve neste campo Outro, o da linguagem. A linguagem é adquirida e suas maneiras próprias de realização marcam o sujeito com um *estilo*. O estilo é o que não é compartilhável, e mesmo não transmissível enquanto tal, mas capaz de informar e redimensionar a própria relação, tornando possível novos atos e subversões

consecutivas (ibid., p. 72). Todo ato que extrapola o já dado, coloca a necessidade de novas denominações. O ato de Antígona – ato solitário do herói trágico – faz seu caminhar, ou seja, ele vai restituir, pela via do equívoco, a possibilidade de outras significações, de uma polissemia em completa abertura. A linguagem em *Antígona* remete a uma alteridade: Creonte incorpora, no mais irreduzível de sua individualidade, o ato de Antígona, de modo que, sem abrir mão da posição de legislador, está desafiado a escutar, a permitir que haja outro sentido além do seu próprio.

A partir daí é possível pensar numa dupla inscrição do sujeito, primeiro como falado e num segundo momento como falante (ibid., p. 67). Reconhece-se que há algo que é da ordem da Lei e antecede o sujeito na sua existência. No entanto, mesmo que sejamos totalmente consumados e até consumidos nos efeitos da linguagem, há uma *renovação sintática* sempre possível que pode reinclinar sobre a linguagem legislada. E são exatamente essas marcas, maneiras próprias de falar, de se equivoocar, que remetem ao postulado originário da inclusão efetiva do sujeito no universo de significantes, no universo das significações possíveis.²²

O autor pensa a repercussão para o trabalho clínico desse modo de compreender o sujeito na sua relação com a linguagem, mas nos parece que uma concepção como essa pode provocar novas enunciações em outras áreas do conhecimento – como, por exemplo, a AD – pela possibilidade que abre no sentido de se pensar um sujeito que, embora falado, também fala e, ao falar, intervéem nos sentidos já-dados. O que este trabalho traz à discussão é, antes de tudo, esse sujeito que *investe a linguagem como exterior a si, já que depende da leitura, do assentimento do outro, e por aí, busca expressividade* (Souza, 1996, p. 186), expressividade que não é unívoca, mas, ao contrário, aparece velada em formas sutis de linguagem.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que aqui se coloca é a necessidade de fazer surgir, na AD, no lugar do sujeito predominantemente definido pelo simbólico, um sujeito amarrado pelo nó borromeu, levando-se em conta o valor estruturante dos três registros: real, imaginário e simbólico, em que, se um lado se desprende, todo o nó se desfaz. Isso implica

²¹ Texto apresentado no II Fórum sobre a Crise dos Paradigmas: Psicanálise e Educação. Faculdade de Educação da PUCRS e CPRS (Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul). Outubro de 1996.

²² A meu ver, só a partir do momento em que concebe um sujeito capaz de “sacudir” o saber instaurado, a AD pode abrir a possibilidade de estudar discursos afetados pela questão da diferença e da criatividade.

o deslocamento da estrutura para a produção: onde havia uma estrutura pronta, porque sustentada por um significante (o Sujeito / o Outro) que lhe dava um lugar, aparece um sujeito sempre em produção.

Uma formulação como esta parece ter o dom de abalar o quadro epistemológico que sustenta a AD, uma vez que não é possível fazer coincidir o sujeito assim concebido com uma teoria das formações sociais e de suas transformações (compreendida afi a teoria das ideologias), tal como é o materialismo histórico. A referência à História, a propósito das questões lingüísticas, é uma aspiração da AD e Pêcheux é muito claro ao colocar que essa referência *só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar de "práticas lingüísticas" inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica dada* (1988, p. 24). Ele é também claro quando, ao explicar o apelo a Lacan, coloca-o como algo que vem se agrupar ao que, no seu entender, constitui o elemento essencial de sua teoria: as direções abertas pela leitura althusseriana de Marx (ibid., p. 32).

Ora, a intervenção de um sujeito discursivamente instituído para além do simbólico instaura dentro do discurso uma heterogeneidade de natureza diferente da que vem sendo tematizada pela AD cuja conseqüência é a percepção de uma *falha* constitutiva no interior de seu próprio objeto, o que torna o processo de inter-relação muito mais fortuito e contraditório do que supunha Pêcheux. De fato, a hipótese de um sujeito desejante pede à AD que reveja não só as bases que a sustentam, mas – arrisco a dizer – seu próprio objeto.

Assumir tal hipótese de trabalho significa romper com a AD? Não me parece ser este o caso. Continua a ser da maior relevância o reconhecimento que Pêcheux e seus discípulos fazem da dualidade constitutiva da linguagem, ao mesmo tempo formal e afetada pela "exterioridade", pela abertura que possibilita no sentido de que ela não seja tomada apenas pela via da informatividade, podendo ser vista como lugar de conflito. O que me parece problemático em Pêcheux é a redução da "exterioridade" que afeta a linguagem ao campo do materialismo histórico. Vale lembrar que a AD saiu de uma interpretação particular do marxismo e da psicanálise, ligada a uma conjuntura teórica determinada, a do estruturalismo (Maingueneau, 1990, p. 73). Quase 30 anos depois, ela não pode fazer como se nada tivesse mudado no pensamento humano. O próprio percurso de Pêcheux, na elaboração deste campo de estudo, instiga que se empreenda uma constante retomada de seus fundamentos, já que ele propõe a AD como uma forma de pensar a linguagem que aceita o *desconforto de não se ajeitar nas evi-*

dências e no lugar já-feito, estabelecendo seus princípios teóricos nos entremeios, *nos vãos que as disciplinas deixam em sua articulação contraditória* (Orlandi. In: Pêcheux, 1990, p. 7).

As reflexões que acabo de apresentar ainda estão em curso e constituem o cerne da preocupação de meu trabalho de tese de doutoramento, voltado para a análise do discurso dos excluídos na obra poética de Chico Buarque. De modo muito geral, busquei pensar o ponto crucial do chamamento que a AD faz à psicanálise: a constituição do sujeito e do sentido. Muito há a dizer sobre a articulação entre esses dois campos do conhecimento e suas conseqüências no que diz respeito às questões que afetam o discurso.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan (1964). In: *Freud e Lacan – Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 51-71.
- . *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* (26):91-151, 1982.
- BARBISAN, Leci B. et al. O discurso pedagógico: a presença do Outro. *Revista do Mestrado em Letras*. UFSM (RS), jan., 1996, p. 35-50.
- CHEMAMA, Roland (org.). *Dicionário de psicanálise Larousse*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 179-226.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- GADET, Françoise. Prefácio. In: GADET e HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 7-11.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HAROCHE, Claudine, PÊCHEUX, Michel e HENRY, Paul. La sémantique et la coupure saussurienne. *Languages* (24), 1971, p. 93-106.
- HARRIS, Z. S. (1952). *Discourse analysis*. Tradução francesa: *Langages* (13), 1969.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET e HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 13-38.
- KAUFMANN, Pierre (ed.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

- _____. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 97-103.
- _____. *Seminário I (1953-1954): os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Seminário II (1954-1955): o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Séminaire (1958-1959): Le désir et son interprétation*. Paris XI: I.S.I., 1996.
- _____. *Seminário VII (1959-1960): A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- _____. *Seminário XI (1964): os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LECOURT, Dominique. A arqueologia e o saber. In: FOUCAULT, Michel et al. *O homem e o discurso (a arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971. p. 43-66.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso: a questão dos fundamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (19). Campinas, jul/dez, 1990, p. 65-74.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura e acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990. p. 7-9.
- PACHECO, Olandina M. C. de Assis. *Sujeito e singularidade: ensaio sobre a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- PÊCHEUX, Michel (1975b). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET e HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 311-319.
- PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975a). In: GADET e HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 163-252.
- RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- RINALDI, Dóris. A ética da diferença: um debate sobre psicanálise antropológica. Rio de Janeiro: Ed UERJ: Zahar, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SOUZA, Aldúcio M. de. *Uma leitura introdutória a Lacan (exegese de um estilo)*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- _____. *Os impasses do amor*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- STRAUSS, Marc. A verdadeira função do pai é unir um desejo à lei. In: MILLER, Gérard (org.). *Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- TEIXEIRA, T. Marlene L. *Na fala dos excluídos, a voz do Outro: uma análise do discurso dos excluídos na obra poética de Chico Buarque*. Projeto de tese. Curso de Pós-Graduação em Letras. PUCRS, 1994.
- TEIXEIRA, T. Marlene L., FLORES, Valdir. *Necessidade e natureza da relação entre lingüística e psicanálise*. II Fórum sobre a Crise dos Paradigmas: Psicanálise e Educação. Faculdade de Educação da PUCRS / CPRS (Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul) out, 1996.